

Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2011

Autoria: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

Iniciativa:

Ementa:

Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para estabelecer o dever de os municípios elaborarem mapeamentos de áreas de risco em seus territórios, fixar prazos e sanções por seu descumprimento e autorizar a União a criar o cadastro nacional das áreas de risco, com a finalidade de dimensionar, estabelecer diretrizes e prioridades para a ação integrada dos órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Explicação da Ementa:

Acresce parágrafos ao art. 2º da Lei 12.340/2010 para determinar que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão encaminhar à Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, no prazo de 180 dias, atualizado anualmente, o mapeamento das áreas de risco de seu território, vedando a transferência voluntária da União para os entes que descumprirem essa determinação, exceto nos casos de atendimento de áreas afetadas por desastre; dispõe que constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal e do Governador do Estado a não elaboração desse mapeamento; autoriza a União a criar cadastro nacional das áreas de risco.

Assunto: Política Social - Desenvolvimento Urbano

Data de Leitura: 10/02/2011

Tramitação encerrada

Decisão: Arquivada ao final da Legislatura (art. Último local:

Destino: Ao arquivo **Último estado:** 21/12/2018 - ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Matérias Relacionadas:

Requerimento nº 89 de 2014

Despacho:

11/02/2011 (Despacho Inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CDR) Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

11/03/2014 (Aprovação do Requerimento nº 89, de 2014)

Relatoria:

CDR - (Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)

Relator(es):

Senador Wellington Dias (encerrado em 14/06/2011 - Deliberação da matéria)



Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2011

Despacho:

Aprovação de requerimento

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CTSEGPUBL) CT - Destinada a debater e propor soluções para o financiamento da Segurança Pública no Brasil

03/02/2015 (Fala da Presidência)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CDR) Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

TRAMITAÇÃO

21/12/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal
Situação: ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Ação: A proposição é arquivada ao final da legislatura, nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno.

21/12/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Encaminhada à SGM para providências relativas ao final de legislatura.

10/03/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2 de

2014.

03/02/2015 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Tendo em vista o encerramento das atividades da Comissão Temporária destinada a debater e propor Soluções para o

Financiamento da Segurança Pública no Brasil, o presente projeto, uma vez que já se encontra instruído pela CDR, retorna à CCJ,

em decisão terminativa.

Publicado no DSF Páginas 42

19/01/2015 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Encaminhado ao Plenário.

18/12/2014 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste Órgão, às 18h50.

18/12/2014 SF-SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO

Ação: Juntado Ofício nº 18/2014 – CTSEGPUBL, comunicando ao Presidente do Senado Federal o encerramento das atividades da Comissão, sem aprovação de Relatório, e encaminhando documento confeccionado pelo relator, Senador Pedro Taques,

sugerindo a tramitação regimental da presente matéria.



Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2011

TRAMITAÇÃO

À SSCLSF para as devidas providências.

01/08/2014 SF-SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO

Ação: A partir de 1º de agosto de 2014 os boletins de ação legislativa não mais serão impressos, nos termos da Instrução Normativa nº

1, de 2014, do Secretário-Geral da Mesa. As consultas sobre a tramitação da matéria devem ser realizadas diretamente no

sistema eletrônico próprio.

12/03/2014 SF-SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Recebido na COCETI dia 12/03/2014, às 9h30.

Encaminhado ao Senador Eunício Oliveira, sub-relator do tema: "Defesa Civil", da Comissão Temporária - Segurança Pública.

11/03/2014 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Aprovado o Requerimento nº 89, de 2014.

À Comissão Temporária destinada a debater e propor soluções para o financiamento da Segurança Pública no Brasil.

Publicado no DSF Páginas 262

27/02/2014 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUÍDO REQUERIMENTO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Ação: Incluído na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 11/3/2013, o Requerimento nº 89, de 2014, de audiência da

Comissão Temporária destinada a debater e propor soluções para o financiamento da segurança pública no Brasil.

Votação, em truno único.

20/02/2014 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGENDADO REQUERIMENTO PARA A ORDEM DO DIA

Ação: Agendado para a Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 11/3/2014, o Requerimento nº 89, de 2014, de audiência

da Comissão Temporária destinada a debater e propor soluções para o financiamento da Segurança Pública no Brasil.

18/02/2014 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO

Ação: Leitura do Requerimento nº 89, de 2014, de iniciativa da "Comissão Temporária criada pela ATS nº 37, de 2013, com a finalidade de analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento", que requer, nos termos regimentais e do Ato nº 37, de 2013, que os Projetos de Lei do Senado nºs 388, de 2008-Complementar; 41, 57 e 193, de 2009; 25 e 26, de 2011; e a Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2009 (tramitando em conjunto com as PECs nºs 65, de 2005; 17, de 2007; 9, 12, 23, 35, de 2009; 31, 125, de 2011; e 2,de 2012) sejam remetidos ao gabinete do Senador Eunício Oliveira, por tratarem de projetos que versam sobre a mesma temática da Defesa Civil.

O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

À SGCLSF.

****** Retificado em 18/02/2014********

Leitura do Requerimento nº 89, de 2014, de iniciativa da "Comissão Temporária criada pela ATS nº 37, de 2013, com a finalidade de analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento", que requer, nos termos regimentais e do Ato nº 37, de 2013, que os Projetos de Lei do Senado nºs 388, de 2008-Complementar; 41, 57 e 193, de 2009; 25 e 26, de 2011; e a Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2009 (tramitando em conjunto com as PECs nºs 65, de 2005; 17, de 2007; 9, 12, 23, 35, de 2009; 31, 125, de 2011; e 2,de



Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2011

TRAMITAÇÃO

2012) sejam remetidos ao Presidente da Comissão, por tratarem de projetos que versam sobre a mesma temática da Defesa Civil

O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

À SGCLSF.

Publicado no DSF Páginas 69-70

12/12/2013 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO

Ação: Recebido neste Órgão, às 18h32.

Aguardando leitura de requerimento, de iniciativa da Comissão Temporária destinada a Debater e Propor Soluções para o Financiamento da Segurança Pública no Brasil, solicitando que os Projetos de Lei do Senado nºs 25 e 26, de 2011, sejam encaminhados ao exame daquela Comissão.

12/12/2013 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para atender a solicitação constante do Ofício nº 2704/2013-Presidência, referente a solicitação constante de Requerimento aprovado na Comissão destinada a debater e propor soluções para o financiamento da

Segurança Pública no Brasil, para que a matéria seja encaminhada ao exame daquela Comissão.

À SSCLSF.

14/06/2011 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta Comissão.

Matéria aguardando distribuição.

14/06/2011 SF-CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Em Reunião Extraordinária realizada nesta data, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir Parecer da CDR pela

aprovação do Projeto.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para continuidade da tramitação, conforme despacho inicial.

02/06/2011 SF-CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o relatório do Senador Wellington Dias com voto pela aprovação do Projeto.

16/03/2011 SF-CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão, Senador Benedito de Lira, distribui a presente proposição ao Senador Wellington Dias para emitir

relatório.

21/02/2011 SF-CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo



Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2011

TRAMITAÇÃO

AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Findo o prazo regimental, não foram oferecidas emendas à matéria. Aguardando distribuição.

14/02/2011 SF-CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Recebido na Comissão nesta data. Prazo para apresentação de emendas:

Primeiro dia: 14.02.2011 Último dia: 18.02.2011

10/02/2011 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Leitura.

Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão

terminativa.

A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis perante a primeira Comissão, após sua publicação e

distribuição em avulsos. À CDR e, posteriormente, à CCJ.

Publicado no DSF Páginas 2586-2597

10/02/2011 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 12 (doze) folhas numeradas e rubricadas.

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 26/2011

Data: 10/02/2011

Senador Lindbergh Farias (PT/RJ) Autor:

Local:

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para estabelecer o dever de os municípios elaborarem mapeamentos de

áreas de risco em seus territórios, fixar prazos e sanções por seu descumprimento e autorizar a União a criar o cadastro nacional das áreas de risco, com a finalidade de dimensionar, estabelecer diretrizes e prioridades para a ação integrada dos órgãos do

Sistema Nacional de Defesa Civil.

Avulso inicial da matéria

Data: 10/02/2011

Autor:

SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura.

Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão

terminativa.

A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis perante a primeira Comissão, após sua publicação e

distribuição em avulsos.

À CDR e, posteriormente, à CCJ.

Legislação citada



Projeto de Lei do Senado n° 26, de 2011

DOCUMENTOS

Data: 11/02/2011

Autor: -Local: null

Relatório Legislativo

Data: 02/06/2011

Autor: Senador Wellington Dias (PT/PI)

Local: Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Ação Legislativa: Recebido o relatório do Senador Wellington Dias com voto pela aprovação do Projeto.

Parecer

Data: 14/06/2011

Autor:

Local: Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Ação Legislativa: Em Reunião Extraordinária realizada nesta data, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir Parecer da CDR pela

aprovação do Projeto.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para continuidade da tramitação, conforme despacho inicial.